

POLÍTICA, CULTURA E HEGEMONIA: AS CLASSES SUBALTERNAS EM QUESTÃO

Ivete Simionatto¹

Resumo

O artigo procura resgatar, no pensamento de Antonio Gramsci, a concepção de classes subalternas e a sua relação com outras categorias, especialmente o Estado, a sociedade civil e a hegemonia como suportes da luta de classes na realidade contemporânea. Aborda, ainda, as relações entre classes subalternas senso comum e ideologia, bem como as formas de superação tematizadas por Gramsci através da cultura e da filosofia da práxis. Nesse sentido, num movimento de totalidade, busca recuperar a discussão das classes subalternas a partir da original formulação gramsciana no âmbito do marxismo mediante a interação dialética entre estrutura e superestrutura, economia e política. Além do resgate conceitual, apontam-se alguns elementos como subsídios à discussão das formas de subalternidade presentes na realidade contemporânea e as possibilidades de fortalecimento das lutas de tais camadas de classe, sobretudo em momentos de forte desmobilização da participação popular.

Palavras-chave: classes subalternas, lutas de classe, cultura, hegemonia

Abstract

The article seeks to review the Gramscian concept of the subaltern classes and their relation with other categories, particularly the State, civil society and the hegemony as support for the class struggle in contemporary reality. It also analyzes the relationships between subaltern classes, "common sense" and ideology, as well as the forms of overcoming conceived by Gramsci through culture and the philosophy of praxis. In this sense, it seeks to revive the discussion of the subaltern classes from the original Gramscian formulation in the realm of Marxism, through the dialectical interaction between structure and superstructure, economy and politics. In addition to a conceptual review, it raises some elements to support the discussion of forms of subalternity in contemporary reality and the possibilities for strengthening the struggles of these class layers, above all at times of strong demobilization of popular participation.

Key words: subaltern classes, class struggle, culture, hegemony

1 – Classes subalternas, Estado e sociedade civil

Na obra gramsciana, as primeiras noções sobre o termo “subalterno” aparecem nos escritos pré-carcerários, empregadas para designar a submissão de uma pessoa a outras, mais especificamente no contexto da hierarquia militar. É, no entanto, nos *Cadernos do Cárcere* que

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisadora do CNPq.

Gramsci amplia largamente o significado desse conceito, demarcando seus nexos dialéticos com o Estado, a sociedade civil, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis. Sugere, no estudo das classes subalternas, a observação de uma série de mediações, tais como suas relações com o “desenvolvimento das transformações econômicas”; sua “adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes”; as lutas travadas a fim de “influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias”; a formação de “novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos”; a caracterização das reivindicações dos grupos subalternos e “as formas que afirmam a autonomia” (GRAMSCI, 2002, p. 140). Tais indicações, não têm por proposição um programa de estudos historiográfico, mas remetem à complexa tessitura do pensamento gramsciano, em que as reflexões sobre a subalternidade aparecem dialeticamente interligadas com o Estado, a sociedade civil e a hegemonia.

A categoria “subalterno” e o conceito de “subalternidade” têm sido utilizados, contemporaneamente, na análise de fenômenos sócio-políticos e culturais, normalmente para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. No pensamento gramsciano, no entanto, tratar das classes subalternas exige, em síntese, mais do que isso. Trata-se de recuperar os processos de dominação presentes na sociedade, desvendando “as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos” (BUTTIGIEG, 1999, p.30).

Um dos espaços de expressão da dominação constitui-se, sem dúvida, no próprio Estado. Lugar de “unidade histórica das classes dirigentes”, o Estado “é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados”, criados a partir do Estado burguês, de novas concepções de Direito, Política, Economia, Educação e, conseqüentemente, de Ética, estabelecendo uma unidade não apenas no plano jurídico-formal, mas ideologicamente projetada para toda a sociedade. Esta unidade configura-se, para Gramsci (2002, p. 139), como “o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’”. A história das classes subalternas está “entrelaçada à da sociedade civil”, e só poderá ser unificada quando ambas puderem tornar-se Estado. Para Gramsci (2002, p.135), “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação”. Verifica-se, em seu processo histórico, que “na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta”.

A vida estatal é concebida por Gramsci (2000a, p.42) de modo dinâmico e processual, “como contínua formação e superação de equilíbrios instáveis [...] entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados”. Isso significa que os interesses do grupo dominante e os dos grupos dominados “implicam-se reciprocamente [...] horizontal e verticalmente”, de acordo com a organização econômica e política de cada Estado-nação. O Estado consiste, ainda, em “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com os quais a classe dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2000a, p.331). Para Gramsci, o Estado “anula muitas autonomias das classes subalternas”, pois a “ditadura moderna” ou contemporânea, ao mesmo tempo em que suprime algumas “formas de autonomia de classe, empenha-se em incorporá-las na atividade estatal: isto é, a centralidade de toda a vida nacional nas mãos das classes dominantes torna-se frenética e absorvente” (GRAMSCI, 1977, p.303), e, nesse processo, torna indistintas as diferenças de classe, fortalecendo a subalternidade. Essa maneira de agir do Estado reveste-se de um grande poder desmobilizador, na medida em que bloqueia as iniciativas da sociedade civil na articulação de interesses e propostas voltados à luta pela superação entre “governantes e governados”, dirigentes e dirigidos.

Ao assimilar em seu interior as diferentes camadas de classe, o Estado burguês amplia seu campo de ação, equalizando as classes juridicamente, no sentido de evitar que a ordem seja colocada em perigo. No âmbito da sociedade civil, a classe dominante, através do uso do poder por meios não violentos, contribui para reforçar o conformismo, apostando na desestruturação das lutas das classes subalternas, reduzindo-as a interesses meramente econômico-corporativos. Nenhum grupo social possui condições de superar seus patamares de subalternidade até que não seja capaz de “sair da fase econômico-corporativa para elevar-se à fase da hegemonia político-intelectual na sociedade civil e tornar-se dominante na sociedade política” (GRAMSCI, 1977, p.460). Além disso, a história episódica e fragmentada das classes subalternas, decorrente de uma concepção de mundo permeada de senso comum e de folclore, as impede de chegar a elaborações críticas sobre as formas de cooptação e as situações de exploração a que são submetidas cotidianamente. A própria Igreja Católica, enquanto um dos aparelhos privados de hegemonia, contribui fortemente para tanto, especialmente na realidade italiana, com exemplar incidência no fortalecimento da subalternidade de amplas camadas de classe. Para Gramsci (1999, p.115), as religiões fornecem os principais elementos do senso comum, constituindo-se em uma potência ideológica sobre vastos estratos sociais, ao manifestar-se “das formas mais toscas às mais intelectualizadas”. Entretanto, se este era um fenômeno visível na Itália do início do século XX, é hoje observável em escala global,

extrapolando o catolicismo, através dos mais variados cultos e religiões e, dada sua imperatividade, produz normas de conduta e modos de agir em diferentes camadas de classe.

A superação da condição de subalternidade requer, para Gramsci, a construção de novos modos de pensar, a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente, necessária para suplantar o senso comum e tornar as classes subalternas capazes de produzir uma contra-hegemonia. Nesse processo, no entanto, aprofundar e aperfeiçoar o conhecimento da realidade impõe-se como condição essencial na luta por sua própria transformação, efetivando-se a “crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar” (GRAMSCI, 1999, p.111), o que poderá ocorrer através da filosofia da práxis, ou seja, do marxismo.

2 – Do senso comum ao bom senso – a Filosofia da práxis como caminho de superação

Se, por um lado, o senso comum representa um “conglomerado” de concepções fragmentárias e desagregadas, produto de concepções filosóficas pretéritas, de “condições de vida passada [...] conservadoras e irracionais”, apresenta-se, por outro, como modo de pensar não “enrijecido” e “imóvel”, aberto a transformações e enriquecimentos contínuos. O senso comum pode ser entendido, portanto, como uma filosofia, mesmo incipiente e fragmentária, pois opina sobre o mundo, formula juízos de valor, os quais, tomados em conjunto, apresentam uma certa organização intelectual e moral da experiência individual e coletiva. Se, para Gramsci (1999, p.325), “todos são filósofos”, isto indica que, na ação prática dos homens, “está contida implicitamente uma concepção de mundo, uma filosofia”.

Em Gramsci o senso comum não permeia somente a visão de mundo das camadas de classe populares, mas, como um “ambiente cultural”, como “cultura política”, encontra-se presente nos demais grupos e camadas de classe. Entendido como linguagem ou como ideologia, “pode ser identificado em diferentes níveis sócio-culturais, perdendo o significado de simples ‘mentalidade popular’. Estamos sempre imersos em alguma forma de senso comum, que contribuimos constantemente para modificar” (FROSINI, p.173, 2003). O senso comum das classes dominantes, contudo, atua como força ideológica, desmobilizadora das iniciativas críticas advindas das camadas subalternizadas.

Senso comum e filosofia são aspectos constitutivos de um mesmo fenômeno, e representam a ligação ideológica com o mundo. Enquanto expressão ideológica, o senso comum

remete a um sistema de crenças e valores que, tomados separadamente, não passam de uma visão fragmentada do real, sem qualquer coerência. No entanto, são forças constitutivas das relações de poder, e sua crítica representa um momento fundamental para agregar a “vontade coletiva”, superar a velha ordem e construir uma nova. Para Gramsci, embora a história das classes subalternas normalmente se manifeste de forma “desagregada e episódica”, atravessada pelo senso comum, este é ponto de partida para torná-la coerente e unificada. Seguindo a reflexão marxiana sobre a “solidez das crenças populares”, Gramsci (1999, p.118-19) defende a necessidade de novas crenças, isto é, de “um novo senso comum e, portanto, de uma nova cultura e de uma nova filosofia, que se enraízem na consciência popular com a mesma solidez e imperatividade das crenças tradicionais”. Expressas através do senso comum, tais crenças podem ser transformadas em “bom senso”, na medida em que as classes subalternas afirmem-se enquanto coletividades e sejam capazes de reelaborar sua visão de mundo a partir de uma cultura forjada na “disciplina interior”, e não imposta de forma externa e mecânica.

Isto não significa que as classes subalternas sejam passivas e que suas práticas devam ser negadas. Gramsci aponta, no entanto, para o contraste entre o pensar e o operar, próprio das classes subalternas, ou seja, a existência simultânea de duas concepções de mundo, expressão de contradições histórico-sociais mais profundas, provenientes das mais variadas heranças do passado. A reflexão gramsciana sugere que uma classe social, mesmo detentora de uma concepção de mundo embrionária e desarticulada, toma emprestada de outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha, seguindo-a não tanto porque nela acredita, mas por sua conduta não ser independente e autônoma (SIMIONATTO, 2004). Por esta razão, “o homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta ação”. Mobiliza, contudo, “um conhecimento do mundo na medida em que o transforma”, mesmo que “sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir”, consequência do que “herdou do passado e acolheu sem crítica” (GRAMSCI, 1999, p.103). Ou seja, “afirma-se uma teoria que não tem uma correspondência na prática”. Quando “os estímulos para a ação são muito contrastantes”, estes levam à “imobilidade”, à “irriquietude, isto é, descontentamento, insatisfação” (GRAMSCI, 2001, p.125).

Alterar essa realidade e buscar a completa unidade significa, para Gramsci (1999, p.103-04), travar uma ampla batalha, que exige, em primeiro lugar, “a compreensão crítica de si mesmo”, a ser obtida “através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção

do real”, mantendo-se a “unidade entre teoria e prática” não como um dado mecânico, mas como um “devir histórico”. Trata-se de desconstruir o discurso racional burguês, que se agarra à imediaticidade e à pragmaticidade dos fenômenos sociais, e recriar as práticas sociais no sentido de inová-las, torná-las “concreto pensado” e vinculá-las à uma nova concepção de mundo.

A transformação do senso comum em “bom senso” ocorre por meio da filosofia da práxis, que permite a “superação do modo de pensar precedente”, tornando “crítica uma atividade já existente” no seio de “indivíduos singulares”. A filosofia da práxis não objetiva “manter os ‘simples’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas pretende, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior”, buscando “forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (GRAMSCI,1999, p.100-03). Se a transformação ocorre de forma caótica, desordenada e casual, as classes subalternas permanecem em sua visão restrita, sem unificação, incapazes de sustentar projetos mais orgânicos e duradouros.

3 – Cultura e hegemonia

Para Gramsci (1999, p.101), “a relação entre filosofia “superior” e senso comum é assegurada pela “política”. Superar o senso comum e o modo de pensar corporativo, produto das relações sociais da sociedade burguesa, significa, no entanto, redirecionar a práxis política no sentido de propiciar às classes subalternas a libertação das formas de pensar homogeneizadas pelo pensamento liberal e o fortalecimento de seus projetos e ações na construção de uma contra-hegemonia. Trilhar este caminho, no entanto, implica, para o pensador italiano, travar uma batalha não restrita ao terreno econômico, mas também no âmbito da cultura, das idéias e dos valores.

A cultura é apontada por Gramsci como um dos elementos fundamentais na organização das classes subalternas, capaz de romper com a sua desagregação e abrir caminhos para a construção de uma vontade coletiva, contrapondo-se às concepções de mundo oficiais. Entendida de forma crítica, a cultura é instrumento de emancipação política das classes subalternas, o amálgama, o elo de ligação entre os que se encontram nas mesmas condições e buscam construir uma contra-hegemonia.

A transformação do senso comum em uma concepção de mundo independente e autônoma só poderá ocorrer, segundo Gramsci mediante a formação de uma nova cultura, que possibilite realizar a crítica às idéias, valores e práticas impostos às classes subalternas, especialmente pela chamada “alta cultura”. Esta, ao negar a existência de diferenciações com a cultura popular, não compreendendo o senso comum, aparta-se dele, age “como força política externa, [...], limita o

pensamento original das massas populares de uma maneira negativa, sem influir positivamente sobre elas, como fermento vital de transformação interna do que as massas pensam, embrionária e caoticamente, sobre o mundo e a vida” (GRAMSCI, 1999, p. 114-5).

A batalha cultural apresenta-se, portanto, como elemento central na construção da hegemonia, na conquista do consenso e da direção político-ideológica por parte das classes subalternas. Possibilita a construção de uma nova visão de mundo e de uma proposta transformadora de sociedade a partir de “baixo”, fazendo com que toda uma classe participe de um projeto radical que “envolva toda a vida do povo e ponha cada qual, brutalmente, diante das próprias responsabilidades inderrogáveis” (GRAMSCI, 2002, p.268).

Enquanto totalidade, a hegemonia significa, portanto, a unificação entre estrutura e superestrutura, atividade de produção e de cultura, particular econômico e universal político. Busca-se elevar ao máximo de universalidade possível o ponto de vista dos grupos subalternos e superar os interesses particulares, articulando-os num projeto cuja expressão é a “vontade coletiva nacional-popular”. Retomando Marx, para reafirmar que “os homens agem tomando consciência dos conflitos da estrutura no terreno das ideologias”, Gramsci (1999, p.320) entende que a hegemonia é a síntese da esfera econômica e da consciência crítica e, portanto, “deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral”.

A irrefutável relação entre cultura, política e economia, ou, nas palavras de Coutinho (2003, p.75), a “articulação entre subjetividade e objetividade, entre liberdade e causalidade, entre particularidade e universalidade”, encontra-se no cerne das preocupações do autor italiano, para quem a economia não se reduz à produção de objetos e mercadorias, mas remete, antes de tudo, ao modo como os homens estabelecem suas relações sociais, transformando a si e a própria sociedade. Assim, se a estrutura econômica abarca “o conjunto das relações sociais”, ela forma, ao lado da superestrutura, uma totalidade, ou seja, o “bloco histórico”. Novamente resgatando Marx, Gramsci observa que, não sendo a formação da consciência crítica “limitada ao conflito entre as forças materiais de produção e as relações de produção”, uma vez que “os homens adquirem consciência de sua posição social e de seus objetivos no terreno das superestruturas, isso significa que entre estrutura e superestrutura existe um nexos necessário e vital” (GRAMSCI, 1999, p.389), remetendo-nos ao conceito de “‘bloco histórico’, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma” (GRAMSCI, 1999, p.238). Pode-se afirmar, assim, que todas as práticas

sociais são mediatizadas “em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas” (GRAMSCI, 2000b, p.20).

Cultura e política relacionam-se, para Gramsci, à perspectiva de transformação social, às formas de aceitação ou contestação das relações de poder existentes na sociedade. Ao criticar a cultura dominante, o pensador aponta as formas pelas quais os sujeitos coletivos podem lhe fazer frente, intervindo politicamente através de práticas concretas, seja nos partidos, nos sindicatos, nos movimentos sociais e em seus modos de engajamento nas lutas cotidianas.

Fortalecer esse movimento, conseqüentemente, significa superar o senso comum, o modo de pensar desorganizado e folclórico. Significa alcançar um pensar crítico e histórico que se constrói através da luta, a partir dos problemas práticos vividos pelas classes subalternas, as quais, mediante a discussão de suas situações comuns, poderão chegar a um nível de cultura sempre mais crítico em relação às situações impostas pelo atual modo capitalista de produção. Tal possibilidade, entretanto, só poderá ser construída a partir das “contradições materiais da vida prática” das condições objetivas, das necessidades históricas (LIGUORI, 2007) e das formas de resistência forjadas no cotidiano das classes subalternizadas como possibilidade de enfrentamento à hegemonia capitalista contemporânea.

Merece destaque, neste eixo de reflexão, a expansão das formas de dominação no contexto do capitalismo atual, provocando modalidades diversas de subalternização e de desmobilização das camadas de classe populares. Temos assistido ao “apassivamento das lutas sociais, encapsuladas em reivindicações de cunho imediato (corporativas) e circunscritas a níveis de consciência elementares” (FONTES, 2008, p.33). A fraca oposição popular vincula-se também ao crescimento da manipulação política das camadas de classe subalternas, especialmente através dos programas compensatórios de combate à pobreza. Atravessados por práticas clientelistas e de cooptação, tais programas, assumidos por boa parte dos governos da América Latina, têm amortecido os conflitos sociais e, conseqüentemente, provocado a passividade e a apatia das camadas de classe subalternizadas e provocando o arrefecimento das organizações das formas de protesto e de luta. Fortalecem a espontaneidade “como modo normal de intervenção política” (BOITO, 2003, p. 26), fazendo com que estas classes permaneçam desagregadas, impotentes. No campo ideológico, contribuem para “manter cativa a simpatia política difusa desse setor popular pauperizado e desorganizado” (BOITO, 2003, p.26). A ausência de recursos de ação coletiva e suas dificuldades de organização causam profundas desagregações no plano das relações sociais impedindo que necessidades e demandas se transformem em direitos e estes, em decorrência, em plataformas de

luta política mais ampla. Nesse cenário, a participação política e o protagonismo popular perdem centralidade e os programas de combate à pobreza acabam por operar um verdadeiro transformismo pela assimilação, por parte do Estado, de boa parte de setores das classes subalternas mediante práticas clientelistas e reprodutoras das desigualdades.

Conforme se afirmou no início deste texto, recuperar as formas de “adesão ativa ou passiva” das classes subalternas às políticas dominantes, a caracterização de suas reivindicações e as lutas que podem travar juntamente com outros institutos organizativos da sociedade civil, representantes dos interesses populares, são caminhos e possibilidades para afirmar a sua autonomia e construir projetos societários para além dos limites postos pela hegemonia burguesa, nos marcos do capitalismo contemporâneo. Dessa situação de subalternidade pode-se emergir, no entanto, quando se assume a consciência do significado do próprio operar, da efetiva posição de classe, da natureza das hierarquias sociais e políticas. Quando se elabora, enfim, uma nova concepção de política, de Estado, de sociedade, superando a concepção de mundo imposta mecanicamente a partir do ambiente externo, da sociedade oficial de modo passivo, substituindo a “espontaneidade” pela “direção consciente”, por uma visão de mundo coerente, crítica e renovada. Há que se reconhecer que esse é um processo “longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de desdobramentos e reagrupamentos” (GRAMSCI, 1999, p. 104), que exige persistência e pressão advindas do contra-poder popular.

Referências bibliográficas

BOITO, A. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Crítica marxista.*, São Paulo: Editora Revan, n.17, p. 11-36, 2003.

BUTTIGIEG, J. Educação e hegemonia. COUTINHO, C. N. e TEIXEIRA, A de P (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.39-50.

BUTTIGIEG, J. Sulla Categoria gramsciana di “subalterno”. BARATA, Giorgio e LIGUORI, Guido (orgs.). *Gramsci da un secolo all’altro*. Roma: Editori Riuniti, 1999, p.27-38.

COUTINHO, C. N. O conceito de política nos Cadernos do Cárcere. COUTINHO, C. N. e TEIXEIRA, A de P. (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.67-82.

FONTES, Virginia. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. *Revista em Pauta*. Faculdade de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, n.21, p.23-36, julho, 2008.

FROSINI, F. *Gramsci e la filosofia*. Roma: Carocci Editore , 2003.

GRAMSCI, A . *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 1999.

GRAMSCI, A . *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 3, 2000a.

GRAMSCI, A . *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 2, 2000b.

GRAMSCI, A . *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 4, 2001.

GRAMSCI, A . *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 5, 2002 .

GRAMSCI, A . *Escritos Politicos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 2004.

GRAMSCI, A . *Quaderni del carcere*. Edição crítica de Valentino Gerratana. Turim: Einaudi. 2. ed., 1977, 4v.

LIGUORI, G. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. COUTINHO, C. N. e TEIXEIRA, A de P (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.173-188.

LIGUORI, G. *Roteiros para Gramsci*. Trad. Luiz sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

SIMIONATTO, I. *Gramsci, sua teoria. Influência no Brasil, incidência no Serviço Social*. 3ed.São Paulo-Florianópolis: Cortez/UFSC, 2004.